

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.150.901 - RJ (2017/0199206-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : MOACYR MEIRELLES PORTO
ADVOGADO : EISENHOWER DIAS MARIANO - RJ056550
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO. ACÓRDÃO CONSIGNANDO DESACERTO NOS CÁLCULOS APRESENTADOS PELO AUTOR, BEM COMO A CONSONÂNCIA ENTRE OS CÁLCULOS ELABORADOS PELA CONTADORIA DO JUÍZO E O COMANDO SENTENCIAL TRANSITADO EM JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DO SEGURADO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por MOACYR MEIRELLES PORTO, com fundamento na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, objetivando a reforma do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2a. Região, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. REMESSA AO CONTADOR JUDICIAL PARA ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS. DESCABIDA. APURAÇÃO DE NOVA RMI. INDEVIDA.

1. *Da leitura dos autos, constata-se que, de fato, na fl. 237 dos autos principais, o Juízo indeferiu o requerimento de fl. 225 daqueles autos, no qual se questionava o valor da renda mensal inicial (RMI) do benefício, que fora fixada pelo INSS. Intimado, o autor não manifestou qualquer objeção à referida decisão, como se vê claramente das fls.*

238-239 e 244 dos autos principais, tendo o Juízo, inclusive, determinado a baixa e o arquivamento dos autos em 14/10/2010.

Assim, não pode, agora, querer rediscutir o valor fixado para a RMI do benefício, por meio de simples petição, já que não o impugnou no momento oportuno, estando, portanto, preclusa a questão, como bem esclareceu o Juízo.

2. *Agravo interno desprovido. Mantida a decisão monocrática que negou seguimento ao agravo de instrumento.*

2. Nas razões do seu Recurso Especial, sustenta o

Superior Tribunal de Justiça

recorrente que o acórdão viola os arts. 467, 468, 472 e 473 do Código de Processo Civil, o art. 60., §§ 1o., 2o. e 3o. da LINDB, ao argumento de que a Contadoria Judicial incorreu em erro aritmético, razão pela qual não há que se falar em coisa julgada.

3. É o relatório.

4. Da leitura dos autos, o que se verifica é que a Corte de origem é clara ao reconhecer que o cálculo realizado pela Contadoria está em consonância com o que foi estabelecido no título executivo, assim consignando:

Depreende-se dos autos que a sentença transitada em julgado (fls.41) condenou o INSS a transformar a aposentadoria do autor de comum para aposentadoria especial (fls. 30/31).

A obrigação de fazer foi cumprida, consoante fls. 74/76, bem como processo administrativo juntado às fls. . Ocorre que o autor questionou acerca da nova RMI do autor, ora agravante, tendo em vista o cálculo do contador judicial Em decisão de fls. 112, o MM. Juízo assim asseverou:

" O mandamento da sentença - transformação da aposentadoria comum para especial - foi cumprido pelo INS, conforme se infere dos docs. de fls. 193/194.

O autor, entretanto, pretende criar uma nova lide a respeito do valor da RMI do benefício implantado, tomando, simplesmente, por base a opinião do 8º Contador.

A apuração do valor correto da RMI não é, como parece pensar o autor, mero corolário da sentença.

A sentença não definiu, senão genericamente, a forma de cálculo do novo benefício e, portanto, tanto podem estar corretos ou equivocados o INSS e o 8º Contador Judicial.

O comando do julgado foi cumprido e se o valor implantado não está correto, isto somente poderá ser dirimido através do devido processo legal, em ação própria que contenha pedidos perfeitamente especificados e causa de pedir devidamente explicitada.

Isto posto indefiro quaisquer questionamentos nestes autos a respeito do valor da RMI do benefício implantado por determinação judicial." Verifica-se que ainda às fls. 173/175 (fls. 112 dos autos principais), que foi interposta apelação, contra a sentença de embargos à execução, pelo embargado, ora agravante, cujo seguimento foi negado por este Tribunal, ante

a sua manifesta improcedência (fls. 186). Contra o v. acórdão do agravo interno de fls. 187, foi interposto Recurso Especial, que foi inadmitido (fls. 200/201), contra a qual, por sua vez, foi manejado agravo de instrumento, não conhecido pelo E. STJ (fls. 204) por decisão transitada em julgado (fls. 205).

Logo, o Agravante, no presente feito, pretende novamente discutir questão que já foi amplamente debatida e que já está acobertada pelo manto da coisa julgada, não merecendo retoque a decisão agravada (fls. 315/316).

5. O que se vê é que a Corte de origem reconhece que os cálculos e critérios estão de acordo com o que foi fixado no título executivo. Assim, não é possível, em sede de Recurso Especial, rever as premissas adotadas pelo Tribunal de origem relativamente aos cálculos do Contador, para fins de verificação de possível incorreção, ante o óbice contido nos termos da Súmula 7/STJ. Ilustrando tal orientação, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. LIMITES DA COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. *No presente caso, não há violação do artigo 535, II, do CPC, porque o Tribunal a quo analisou a questão da existência de saldo remanescente a ser executado, asseverando que há coisa julgada a respeito dos cálculos do contador, não existindo nada mais a ser pago pelo INSS.*

2. *O tema relativo à violação da coisa julgada encontra óbice na Súmula 7/STJ, na medida que verificar os limites do título judicial exequendo, relativamente à revisão da renda mensal inicial com base no critério de equivalência de salários, bem como a existência ou não de saldo remanescente a ser pago, exige o revolvimento de provas e fatos, tarefa incompatível com a sede do recurso especial.*

3. *Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. 1.481.573/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 19.12.2014).*

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ALEGADA OFENSA À COISA JULGADA. PLANILHA DE

CÁLCULOS. INVERSÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. CUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA E AUXÍLIO-ACIDENTE, DECORRENTES DO MESMO FATO GERADOR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. A Instância a quo, soberana na análise do material cognitivo produzido nos autos, concluiu que não houve, em execução de sentença, ofensa à coisa julgada. Nesse contexto, a inversão do julgado, a fim de aferir se a planilha de cálculos, apresentada em sede de execução de sentença, encontra-se escorreita, exigiria, inequivocamente, incursão na seara fático-probatória, inviável, na via eleita, a teor do enunciado sumular 7/STJ.

II. Consoante a jurisprudência do STJ, "a alegação de ofensa à coisa julgada foi examinada e afastada pelo Tribunal de origem; a consequência da constatação de não violação da coisa julgada é que não houve ofensa aos arts. 741, V, e 743 do Código de Processo Civil, pois foi verificada a ocorrência de excesso de execução.

Ademais, é assente nesta Corte que o reexame de ofensa à coisa julgada importa em reexame do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7 deste Tribunal" (STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.257.945/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2012).

III. Acórdão recorrido em harmonia com a firme jurisprudência desta Corte, que, reiteradamente, afirma a impossibilidade de cumulação do auxílio-acidente com o auxílio-doença, quando originados do mesmo fato gerador.

IV. Agravo Regimental improvido (AgRg no AREsp. 218.738/DF, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 27.3.2014).

2 2 2

PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. PRECLUSÃO NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO EMBASADO EM FATOS E PROVAS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. A Corte de origem concluiu que o título executivo judicial não excluiu o período de 1998 da contagem das horas extras e tampouco a decisão interlocutória do juízo da execução o fez.

2. A análise da tese recursal demandaria o reexame probatório, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Precedentes: AREsp

Superior Tribunal de Justiça

275.130/PE, Relator, Ministro Herman Benjamin, data da Publicação 21/2/2013; AREsp 201.653/PE, Relator, Ministro Mauro Campbell Marques, data da Publicação 18/12/2012; AREsp/PE 203.477, Relator, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, data da Publicação 27/9/2012.

3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp. 388.824/PE, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 4.11.2013).

6. Ademais, torna-se inviável, em sede de Recurso Especial, desconstituir o acórdão recorrido, uma vez que, para acolher a pretensão da parte recorrente, a fim de demonstrar erro na execução, verificar o desacerto das contas apresentadas ou ofensa à coisa julgada, inevitavelmente seria necessário o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7/STJ.

7. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial do Segurado.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR